**UNIVERSIDAD NACIONAL DE ITAPUA**

**III SEMINARIO INTERNACIONAL DE LOS ESPACIOS DE FRONTERA (III GEOFRONTERA)**

# *Integración: Cooperación y Conflictos*

# III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DOS ESPAÇOS DE FRONTEIRA (III GEOFRONTEIRA)

# *Integração: Cooperação e Conflito*

EIXO TEMÁTICO 6 – Fronteira, Territórios e Culturas

**O OESTE-SUDOESTE PARANAENSE COMO TERRITÓRIO EM FORMAÇÃO: ÁREA DE FRONTEIRA POLÍTICA, ECONÔMICA E AMBIENTAL**

**Edson dos Santos Dias**

**edias88@yahoo.com.br**

**Unioeste - Campus de M.C.Rondon/PR**

**Maria José Castelano**

**majo\_catelano@hotmail.com**

**Unioeste - Campus de M.C.Rondon/PR; PUC/SP**

Julho - 2015

**Resumo**

 Analisaremos a formação socioespacial do Oeste-Sudoeste paranaense a partir das implicações ligadas aos conflitos agrários, às estratégias das companhias privadas de colonização e à ação do Estado, que imprimiram especificidades na formação do território, destacando-se a superexploração do homem e da natureza. Para isso, foi fundamental compreender o contexto histórico que conferiu as bases de interpretação de certo arranjo espacial socialmente constituído. Referencial importante para a nossa análise foi a leitura de obras de José de Souza Martins e a sua identificação e distinção entre **frentes pioneiras** e **frentes de expansão**.

**Edson dos Santos Dias -** Professor do curso de Geografia - graduação e mestrado - da Unioeste campus de Marechal Cândido Rondon. Doutor em Geografia pela UNESP-P.Prudente.

**Maria José Castelano** - Professora do Curso de graduação em História da Unioeste campus de Marechal Cândido Rondon. Doutoranda em História pela PUC-SP.

**INTRODUÇÃO**

Estudar o processo de formação socioespacial do Oeste-Sudoeste do Paraná circunscrito a ele mesmo, sem as mediações necessárias com outros níveis escalares, dificultaria o entendimento do próprio processo. Em outras palavras, o que ocorreu no Oeste-Sudoeste do Paraná, no histórico de sua formação socioespacial, em diferentes momentos (daí a necessidade de periodização[[1]](#footnote-1)), teve um desencadeamento de orientação nacional determinado por políticas públicas de Estado ou ações de interesse do capital privado - em especial as empresas colonizadoras. Logo, a resistência por parte de posseiros, pequenos proprietários e povos indígenas levados a situações limites em razão dos conflitos pela posse da terra, expressa-se na escala local, mas não está dissociada das intervenções políticas e econômicas vinculadas às escalas mais amplas.

 É necessário expor a delimitação territorial que utilizaremos quando nos referimos ao Oeste-Sudoeste do Paraná. Optamos pela divisão oficial estabelecida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em mesorregiões, pelo fato desta ser a mais utilizada nos trabalhos consultados, além de ser a referência estabelecida para a tomada e para a configuração dos dados levantados pelos órgãos de pesquisa e planejamento do Estado, como o IBGE ou o IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), permitindo a comparação de séries históricas de dados ao longo das décadas. O Oeste-Sudoeste paranaense é apresentado como território em formação que possui a especificidade de constituir-se em área de fronteira política, econômica e ambiental. Para além da percepção mais óbvia: da fronteira geográfica enquanto área de contato com países vizinhos (Argentina e Paraguai) e outras unidades da federação (Santa Catarina e Mato Grosso do Sul), trata-se da fronteira interna no sentido de frente de ocupação do interior do estado paranaense, marcada por diversos conflitos que, apesar das suas especificidades, têm em comum a busca de domínio do homem e da natureza em um espaço/tempo de (des)encontro entre diferentes visões de mundo e interesses associados.

 Ainda sobre a delimitação adotada, alertamos que o rigor quanto aos limites impostos oficialmente pode dificultar a apreensão de contextos histórico-espaciais que extrapolam esses limites. Inclusive, determinados autores consultados indicam como Sudoeste paranaense toda a porção do estado que se diferencia do chamado Paraná Tradicional e Norte paranaense, até porque a classificação regional foi alterada pelo IBGE em 1970 (com a adoção da subdivisão em mesorregiões homogêneas) e em 1988, quando se institucionalizou a classificação que perdura até o momento, na forma de mesorregiões geográficas, na qual a área do estado que era oficialmente reconhecida como mesorregião homogênea do Oeste paranaense foi subdividida em seis mesorregiões geográficas[[2]](#footnote-2). A figura 1 permite a visualização da área abordada no artigo.

 Ao desenvolver o estudo sobre o processo de formação socioespacial que se desdobrava no deslocamento das fronteiras econômica e demográfica para o interior paranaense, tomamos como referencial de abordagem a identificação e distinção feita por Martins (2009) sobre as **frentes pioneiras** e as **frentes de expansão**.

 De forma sucinta, podemos dizer que a **frente pioneira** (amplamente empregada pelos geógrafos clássicos) se caracteriza pela concepção da introdução do novo, das relações modernas de produção, tendo como protagonistas a grande empresa, o empreendedor; contando com formas de agricultura inovadoras.

No caso da **frente de expansão**, esta identifica-se por uma forma de expansão do capital que não pode ser qualificada como caracteristicamente capitalista. Trata-se da expansão de uma rede de trocas e de comércio na qual o dinheiro pode estar ausente, assim como o mercado opera (por intermédio dos comerciantes dos povoados) com critérios monopolistas mediados por relações violentas de dominação pessoal, como a escravidão por dívida. (MARTINS, 2009, p. 135-137). No entanto, aqueles que são familiarizados com a obra de Martins (2009) têm conhecimento que este autor não simplificaria a discussão ao apresentar uma frente como excludente em relação a outra, mas, ao contrário, o autor afirma a diversidade de situações que ocorrem no país, havendo interpenetração de uma em relação a outra.

Figura 1 - Regiões Geográficas do Estado do Paraná.



Fonte: Lei estadual nº 15.825/08

Base Cartográfica: ITCG (2010)

**1. Primórdios da ocupação paranaense**

 Partindo de uma perspectiva de análise histórica e geográfica do processo de ocupação recente[[3]](#footnote-3) do território paranaense, diversos autores consultados[[4]](#footnote-4) adotam uma divisão que resulta em três porções distintas: o Paraná Tradicional; o Norte do Paraná e o Sudoeste do Paraná.

 Mesmo que essa classificação esteja sujeita a críticas, como são próprias das definições e tipologias no campo do conhecimento científico, a proposta é plausível e bem fundamentada, sob a perspectiva histórica, com a devida ressalva de que os limites estabelecidos não podem ser considerados de forma absoluta, assim como a tríade divisória poderia sofrer subdivisões, conforme os estudos indicam mais claramente as especificidades constitutivas do território paranaense. À medida que avançava o processo de integração social e econômica de todas as partes do território paranaense (motivado pela conjuntura vinculada às determinações em curso nas escalas nacional e mundial), ficava mais nítida a constituição de traços particulares na ocupação e produção das várias configurações territoriais que formam o estado do Paraná, com seus respectivos sistemas produtivos, agrário, populacional, de infraestrutura etc.

 Deter-nos-emos a analisar profundamente o que denominamos, de forma geral, de espaço de fronteira formado pelo Oeste e Sudoeste paranaense.

**2. Integração do Oeste-Sudoeste aos marcos da expansão capitalista – a frente pioneira**

 O Sudoeste e o extremo Oeste paranaenses foram ocupados de forma mais sistemática e ordenada, na esteira dos acontecimentos que se precipitaram, desde a Revolução de 1930, que inaugurou o chamado período Vargas. Entre as suas metas para impulsionar uma fase de desenvolvimento para o país, este governo pretendia proporcionar as condições necessárias para a real ocupação das extensas faixas de terras do interior, buscando integrá-las a um modelo de desenvolvimento associado aos centros de poder econômico e político localizados no Sudeste brasileiro.

 A **frente de expansão** foi influente por um longo período no país, começou a declinar com a Marcha para Oeste (na década de 1940) e a intervenção direta do Estado para acelerar o deslocamento dos típicos agentes da **frente pioneira** sobre territórios novos, em geral, já ocupados por grupos característicos da frente de expansão. (MARTINS, 2009, p. 151).

 Até o início do século XX, o Brasil possuía um conjunto de "economias regionais" que não apresentavam maiores articulações entre si. As medidas implementadas a partir do movimento de 1930 significaram a entrada do Brasil em uma nova fase política e econômica, privilegiando a industrialização e levando à gradativa superação da economia de arquipélago.

 As construções de estradas, o aumento de trocas comerciais internas e o processo de colonização são os aspectos mais visíveis da busca de integração econômica, com as suas bases sendo lançadas pela economia cafeeira do Sudeste do país e tendo o estado de São Paulo como pólo da economia capitalista, cujo parque industrial se organizou de maneira a tornar-se o principal fornecedor de produtos manufaturados para todo o país.

No tocante à colonização planejada, havia o programa Marcha para o Oeste, resultado de ações planejadas pelo governo federal centralizador, o qual adotava políticas de colonização que se desdobravam em duas frentes: uma na qual o Estado tinha uma ação direta na sua efetivação, por meio de projetos de colonização empreendidos pela própria União ou pelos governos dos estados; e outra através de concessões feitas pela União ou pelos estados (que também possuíam essa prerrogativa) às empresas privadas constituídas com o objetivo de promover uma colonização dirigida. No Oeste e Sudoeste do Paraná, esta colonização dirigida teve a participação tanto do Estado quanto das empresas privadas. Até as primeiras décadas do século XX, a forma de exploração no Oeste deu-se com as obrages e o sudoeste caracterizava-se por uma ocupação designada como cabocla, para diferenciar da fase seguinte, feita pelos colonos do sul.

Na década de 1940, são colocadas em curso, no Oeste e no Sudoeste, algumas iniciativas oficiais, nas esferas dos governos estadual e federal, conjugadas com uma série de interesses de empresários envolvidos com projetos de colonização e extração de madeira. Este novo contexto passou a alterar substancialmente a paisagem então predominante.

Entre as iniciativas da União, temos a criação do Território Federal do Iguaçu, formado pelo Oeste-Sudoeste paranaense e Oeste de Santa Catarina, com o objetivo de contribuir com a ocupação da faixa de fronteira. O Território Federal do Iguaçu, apesar da existência efêmera (foi criado em 1943 e extinto em 1946), serviu como argumento que tentou, muitos anos depois, legitimar a reivindicação da criação do Estado do Iguaçu. Mesmo sem contar com um apoio popular representativo, esta proposta reiteradamente é evocada por determinados grupos políticos, especialmente em períodos eleitorais ou quando há o conflito dos interesses regionais com a esfera estadual ou federal.

O governo paranaense, interessado na colonização de suas terras devolutas e de antigas concessões retornadas ao seu patrimônio, passou a fundar colônias ou fornecer concessões para empresas privadas atuarem na região.

O Brasil, ao longo dos séculos XIX e XX, tomou de empréstimo vultuosas somas de dinheiro originário da Europa e, posteriormente, dos Estados Unidos para financiar empreendimentos, como a ocupação dirigida do interior do país. Assim, podemos afirmar que a economia sempre esteve estruturalmente atrelada a capitais estrangeiros, sobretudo, na fase imperialista do capitalismo, quando é possível notar a presença de empresas de capital estrangeiro atuando no Brasil e no Paraná.

As mudanças no território paranaense eram resultado também de políticas públicas adotadas pelo governo do estado, que procurava inserir o Paraná no curso da pretendida modernização, cujo papel reservado para o migrante interessado em se estabelecer nestas terras era estratégico para garantir a efetiva ocupação e produção espacial.

 Fez-se várias concessões de terras para empresas particulares viabilizarem a ocupação planejada de grandes áreas do território. No entanto, muitas delas apenas exploravam os recursos naturais disponíveis, especialmente a madeira, sem a contrapartida de realizar investimentos que resultassem na efetiva ocupação das terras. Esta prática, inclusive, levou o Governo Vargas a cancelar muitas das concessões feitas pelos governos anteriores.

 As empresas colonizadoras privadas tiveram um papel importante no direcionamento e ingerência na forma de integração da Mesorregião Oeste ao sistema produtivo mercantil, não se limitando apenas à venda de terras, mas procurando participar de outros empreendimentos que consideravam lucrativos, como as serrarias. Nesse sentido, consideramos que a análise de Martins sobre frentes pioneiras alcança sua materialidade no caso do Oeste do Paraná.

A característica imediata desta última [frente pioneira] é a de que se instaura como empreendimento econômico: empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias, etc., loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção e o comércio. Passa-se, assim, da produção do excedente para a produção da mercadoria. A frente pioneira surge não como conseqüência “rebarbativa” da sociedade capitalista, mas como resultado direto da reprodução desta.

O ponto-chave da implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Na frente pioneira a terra não é ocupada, é comprada. Desse modo, a renda da terra se impõe como mediação entre o homem e a sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais. Essas relações não se esgotam mais no âmbito do contato pessoal. O funcionamento do mercado é que passa a ser o regulador da riqueza e da pobreza. (MARTINS, 1976, p. 47).

 É a partir deste contexto de entendimento teórico que precisa ser avaliada a atuação das empresas colonizadoras no Oeste do estado. Neste sentido, uma empresa imobiliária que teve atuação destacada no processo de colonização desta região foi a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A. – MARIPÁ. Esta empresa, formada por comerciantes gaúchos, adquiriu, no ano de 1946, a fazenda Britânia, composta por uma área de 274.845 hectares que pertencia à *Compañia Maderas del Alto Parana*, cuja sede situava-se em Buenos Aires.

 A MARIPÁ passou a se dedicar à atividade de extração de madeira até 1949, quando começou a colocar em curso seu projeto de colonização. Entre seus objetivos comerciais, além da venda de terras, constava a continuidade da extração, beneficiamento a exportação de madeira através do porto Britânia, construído e utilizado, para o mesmo fim, pela companhia anteriormente proprietária da fazenda.

 Com a instalação de sua sede no município de Toledo (então uma pequena vila construída para ser o centro administrativo da colonização), a companhia MARIPÁ tomou uma série de medidas que resultou na efetiva e relativamente rápida ocupação da área adquirida. Privilegiou-se a divisão das terras em pequenas propriedades (chamadas de colônias), com tamanho aproximado de 10 alqueires (24 hectares), procurando dividir os lotes de maneira que cada propriedade contasse com um curso d'água. A opção pela divisão das terras em pequenas propriedades tinha razões bastante pragmáticas do ponto de vista comercial, segundo interesses ligados à empresa colonizadora.

 A estratégia adotada permitia à empresa obter mais lucros com cada lote vendido, além deste sistema ter sido necessário para atrair um grande número de pessoas para povoar a região, estando dentro dos planos ligados, também, à urbanização.

 No que se refere aos grupos colonizadores dessa parte do Estado, a MARIPÁ procedeu a um direcionamento preciso quanto às suas origens. De forma deliberada, os diretores da companhia divulgaram o empreendimento e vendiam as terras preferencialmente para gaúchos e catarinenses, na sua maioria de ascendência italiana ou alemã.

 A seleção era feita pelos próprios responsáveis pela Companhia, havendo o interesse de atrair comerciantes e agricultores experientes do interior dos dois estados sulinos para ocupar a porção sul da Fazenda Britânia. O norte da fazenda, uma faixa que possuía características de terras próprias ao cultivo do café (terça parte da área total), seria reservada para os agricultores do Norte do estado do Paraná e de outros estados brasileiros, mas a sua ocupação só ocorreria após os colonos catarinenses e gaúchos terem se fixado na parte sul. (SAATKAMP, 1984, p. 44).

 Os primeiros núcleos de povoamento foram formados assim que se iniciou a venda das terras, em 1947, já havia casas e alguns estabelecimentos comerciais em Toledo, além, é claro, do escritório da companhia. Em 1951, surgiram as primeiras casas de General Rondon (município atualmente denominado de Marechal Cândido Rondon), o segundo núcleo que mais prosperou entre os planejados pela empresa, superado apenas por Toledo, que, neste mesmo ano, fora elevado ao conceito de cidade, sendo, posteriormente, criado o município com o mesmo nome.

 Do projeto de colonização dirigida por essa e outras empresas privadas no Oeste, deve ser mencionado ainda que a exploração da madeira encontrava-se associada à venda de terras e há o registro de disputas fundiárias violentas, envolvendo posseiros e as empresas. É o caso do conflito armado que ocorreu na localidade de Jardinópolis, em 1961. Este distrito, juntamente com Flor da Serra, formou o município de Serranópolis do Iguaçu, sendo que mais da metade de sua área pertence ao Parque Nacional do Iguaçu. Há também o registro de violentas disputas por terras, no início da ocupação do município de Matelândia.

 Foi no Sudoeste paranaense, no entanto, que ocorreu o conflito de maior repercussão. Diferentemente da região Oeste, a colonização do Sudoeste, em curso nos anos de 1940 e 1950, caracterizou-se pela maior presença do Estado no processo, sendo reservado um perfil conflituoso às ações das companhias colonizadoras particulares.

 Na década de 1940, registram-se mudanças no Sudoeste que apontavam para a superação da forma de organização social e econômica cabocla.Tratava-se da constituição de uma nova fase amparada na migração catarinense e, sobretudo, gaúcha, cujos colonos se estabeleceram na região pela ocupação de terras devolutas ou pela compra da posse do caboclo, ou, ainda, pela colonização dirigida, cujo contexto motivador é encontrado na política estabelecida pelo governo de Getúlio Vargas que, ao assumir o poder, pôs em curso profundas reformas de cunho político-econômico e social para o país.

 A partir da iniciativa estatal e da chegada dos agricultores, vindos do Sul, familiarizados com as práticas “modernas”; os caboclos do Sudoeste foram gradativamente expulsos ou incorporados sob a nova forma de produção. O episódio marcante, na formação socioespacial do Sudoeste, refere-se ao conflito fundiário que repercutiu nacionalmente em 1957, mas que foi deflagrado anos antes.

 A disputa pela posse de terras no Sudoeste tem sua origem na concessão de terras feita pelo Governo Imperial, no século XIX, como forma de pagamento a empresas estrangeiras que atuavam no ramo de construção de ferrovias no país, com o objetivo que estas empresas estendessem a malha ferroviária de São Paulo ao Rio Grande do Sul.

Depois de várias transferências do direito de concessão, as terras foram tituladas, nas primeiras décadas do século XX, formando as glebas de Chopim e Missões que correspondiam a quase totalidade do território do Sudoeste paranaense.

 Como já foi mencionado, em 1930, o Governo Vargas revisou os contratos de concessão, rescindindo aqueles que julgava irregulares. Entre estes, constavam os referentes às terras do Sudoeste paranaense, que então pertenciam à *Brazil Railway* e que foram incorporadas pela União, por decreto, em 1940.

 Entre as ações do Governo Vargas para incentivar a ocupação de novas áreas pelo interior do país, estabelecendo novas fronteiras de ocupação, destaca-se a criação de colônias agrícolas. Dentre estas, há o caso da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), criada pelo governo federal, em 1943, e responsável pelo processo de ocupação do Sudoeste paranaense.

 O diferencial dessa experiência baseava-se nas condições favoráveis à ocupação, fornecidas pela União. O projeto não se limitava a dar terra ao agricultor, ofereceria-lhe também ajuda técnica, assistência social e de infraestrutura. De acordo com Gomes, este diferencial, em relação a outros projetos de colonização feito por empresas privadas ou pelo próprio Estado, atraiu grande número de pessoas interessadas em adquirir terras no Sudoeste do Paraná.

O sistema de pequena propriedade adotado na colonização, sem ônus para o agricultor, com um serviço de infra-estrutura e assistência de saúde e educação totalmente gratuitos, aliado a uma forte propaganda que se fazia no Rio Grande do Sul, atraiu em poucos anos milhares de famílias para a região. O crescimento da população acompanhou o crescimento das condições que estavam sendo dadas para que a região produzisse e colocasse essa produção no mercado. (GOMES, 1987, p. 19).

A implantação do projeto dessa colônia agrícola poderia figurar como uma iniciativa promissora, porém, no contexto de disputa por terras que predominava fortemente nas frentes de colonização da época, em todo o Paraná, o Sudoeste não se revelou exceção. Ao contrário, nesta área do Estado ocorreu o conflito que mais teve repercussão, na época, em todo o país.

A situação de tensão tem início com a participação de empresas imobiliárias que questionaram a legalidade da posse da terra oferecida pela CANGO. Nesta ofensiva, destaca-se a Clevelândia Industrial Territorial Ltda. (CITLA), que, posteriormente, tornou suas concessionárias outras duas empresas: a Companhia Comercial Agrícola Paraná Ltda. e a Companhia Imobiliária Apucarana.

A CITLA, além de incorporar os interesses econômicos dos seus proprietários, possuía um trunfo político que facilitava sua atuação: o governador do Paraná, na época, Moysés Lupion (mandatos de 1947-1951 e de 1956-1961) era um dos sócios da empresa; oferecia o apoio necessário aos interesses do estabelecimento. Esta companhia atuou na região, entre 1950 e 1957, com casos comprovados de violência e assassinatos que visavam intimidar os colonos, procurando convencê-los a aderir à proposta de “regularização” de sua situação junto à empresa.

O envolvimento de Lupion e a violência praticada na região são enfatizados em diversos trabalhos desenvolvidos sobre o assunto. Entre estes, selecionamos uma passagem que aborda esta questão.

[...] com a entrada da CITLA, os agricultores deveriam pagar por aquilo que já haviam recebido de graça da CANGO. E como a CITLA sabia que suas pretensões sobre aquelas terras eram ilegais, ela era obrigada a agir com pressa: os pagamentos deveriam ser feitos praticamente a vista e a lei imposta pela CITLA era: ou paga, ou sai, ou morre. A CITLA, através de sua polícia particular, espalhou o terror pela região. Quem não quisesse obedecer a lei da CITLA corria perigo de vida e, de fato, as vítimas se contam às dezenas. [...] Esta [a CITLA] apoiava-se antes de tudo no poder estadual – além de contar com a preciosa omissão do executivo federal, que, por razões de fidelidade política não podia se opor as atividades da companhia à qual pertencia Moisés Lupion. (ABRAMOVAY, 1981, p. 43).

O interesse que o Sudoeste despertou junto ao governador Lupion procedia da atividade empresarial a que estava ligado – a exploração da madeira.

A madeira foi o grande negócio do chamado “Grupo Lupion”, que se dedicava à sua extração, beneficiamento e exportação. Esta atividade, tendo um caráter eminentemente extensivo, transformou a região Sudoeste em *locus* privilegiado para os interesses do grupo. (COLNAGHI, 1991, p. 10).

A exploração dos “sertões” do Paraná pautou-se principalmente no cultivo do mate e da extração de madeira para a exportação. Ao final da Segunda Guerra Mundial as exportações de madeira ampliaram-se em razão da retomada da normalidade do comércio internacional e da demanda para a reconstrução nas áreas atingidas pela guerra.

As ações, estratégias e interesses dos grupos empresariais de colonização privada na região encontra relação com o que ocorria no restante do país. Para Iokoi (2001), o Brasil se constitui nesta conexão imbricada entre o moderno e o arcaico, que forma um mesmo movimento. Para a autora, os interesses voltados à concentração fundiária do país organizam uma gama de dominação do circuito do ramo na modernidade, na qual os velhos latifundiários também são banqueiros, dirigentes de meios de comunicação e estão diretamente envolvidos com a política.

Quem é o senhor Moisés Lupion, ao fim e ao cabo, senão um grande grileiro de terras, que lá atrás usou um mecanismo que foi dado pela Lei de Terras. A Lei de Terras transformou a terra em equivalência de capital (preço-valor), mas fez com todos aqueles que eram os antigos concessionários das sesmarias ganhassem esse atributo de capital. Portanto, aquela velha tradição carcomida do domínio, ficou moderna. (IOKOI, 2001, p. 20-21).

 Depois de vários episódios envolvendo violência e disputa política, a situação no Sudoeste chegou a tal ponto de tensão que resultou na resistência armada por parte dos agricultores, com o objetivo de se defenderem dos jagunços contratados pelas companhias imobiliárias. Os agricultores se organizaram e dominaram, no ano de 1957, as cidades de Capanema, Barracão, Santo Antônio, Pato Branco e Francisco Beltrão. Nesta última estavam instalados os escritórios sedes da CITLA e da Companhia Comercial Agrícola Paraná Ltda., que foram destruídos.

Devido a repercussão do conflito, junto à imprensa e à esfera política nacional, o governo federal pressionou o executivo paranaense a buscar uma solução negociada.

Foi estabelecido um acordo com os agricultores, que depuseram as armas, em troca de serem atendidas algumas exigências, como a retirada das companhias colonizadoras da região e a regularização da propriedade da terra no Sudoeste. Esta medida só foi concretizada em 1961, quando as terras em litígio passaram pelo processo de desapropriação por utilidade pública, estabelecida por decreto federal para isso, foi criado o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), em atividade entre 1961 e 1973, responsável pela regularização fundiária e colonização das glebas desapropriadas. No processo de demarcação das terras, o GETSOP adotou o critério de respeitar as linhas divisórias acordadas entre os agricultores, mesmo que resultasse em lotes de formas e dimensões irregulares.

Outra atribuição conferida ao GETSOP era a de regularizar a exploração da madeira na região. Em 1962, o GETSOP detectou 270 serrarias no Sudoeste. Quem possuía algum capital instalava uma serraria e começava a derrubada das árvores, pois não tinha garantias de que o pinheiral fosse de sua propriedade futuramente, já que a situação fundiária ainda estava por ser regularizada. (WACHOWICZ, 1987, p. 227). As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela intensificação da derrubada da mata de araucária, que predominava em todo o Sudoeste.

O projeto de colonização implantado pela CANGO representou a inserção do Sudoeste em uma nova fase, marcada por intensas mudanças, como a gradativa eliminação da forma de ocupação cabocla, assimilada à forma social de produção trazida pelos colonos do sul e por uma conjuntura que forçou o pequeno agricultor que migrou para esta região, a pegar em armas para resistir à ação de empresas que personificavam o capital especulativo fundiário no estado.

Esses desdobramentos históricos contribuíram para a manutenção de uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade familiar, que se tornou predominante. É o que se deduz dos seguintes dados: em 1970, 94% dos estabelecimentos agrícolas possuíam menos de 50 hectares, o que representava 69% área total ocupada no Sudoeste. (FERES, 1990, p. 526).

 Os dados populacionais são indicadores de como o Sudoeste passou de uma região escassamente povoada para uma condição que despertou o interesse de muitos migrantes, em poucas décadas. Segundo Feres (1990, p. 499), a população desta parte do estado passou de 76.373 habitantes, em 1950, para 230.379 habitantes, em 1960. Ainda segundo o autor, a taxa de crescimento populacional no Brasil, nesta mesma época era de 3,12%, e a do estado do Paraná, de 7,23%, enquanto o Sudoeste atingia 12,4% de crescimento.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como é possível perceber, a integração econômica, social e política do Oeste-Sudoeste, de forma subordinada e complementar à dinâmica dos principais centros produtores, na escala paranaense e nacional, é paralela à inserção brasileira no contexto do capitalismo monopolista que ocorreu depois da Segunda Guerra Mundial.

Considerando a avaliação de Santos e Silveira, nesse momento, o próprio Brasil encontrava-se em uma situação de intensificação do processo de integração nacional. A partir de 1945 e 1950 a indústria brasileira ganhou novo ímpeto e São Paulo afirmou-se como a grande metrópole fabril do país. Muitas estradas foram construídas e o Brasil foi integrado pelos transportes e pelas necessidades advindas da industrialização que permitiram o surgimento de importantes cidades no interior. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 43-44).

Quanto à integração do Oeste-Sudoeste paranaense, constata-se o seu impulso no final dos anos de 1940, intensificando-se nas décadas de 1950 e 1960, quando houve aumento da presença de colonos gaúchos e catarinenses interessados em fixar-se nestas terras, levados pelo processo de expansão da fronteira agrícola.

 Foram construídas as condições para a materialização da **frente pioneira**, quando o modo de ocupação na fronteira passou por transformações significativas amparadas no que se convencionou chamar de capitalismo moderno, mas trazendo consigo as contradições que permitem identificar a manutenção de práticas arcaicas que compõem este “novo”.

Nesse sentido, ressaltamos o caráter de formação socioespacial **conservadora** no espaço de fronteira ocidental paranaense que, apesar do conjunto de especificidades na sua constituição, apresenta associação com processos similares que ocorriam por todo o país.

 O Brasil possui um amplo território (o que significa aspectos bastante variados de ambiente, formação histórica etc.), mas é possível reconhecer algumas características, neste espaço de fronteira, que resultam de determinações inerentes à escala do Estado brasileiro, como a desigualdade na distribuição de renda, a instalação da moderna produção agrícola voltada para a exportação e o conflito fundiário.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa:** O Sudoeste Paranaense. 1981. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.

BALHANA, Altiva P.; MACHADO, Brasil P.; WESTPHALEN, Cecília M. **História do Paraná**. Curitiba: GRAFIPAR, vol. 1, 1969.

COLNAGHI, Maria C. O processo político de ocupação do Sudoeste. In: PAZ, Francisco (org.). **Cenários de economia e política**: Paraná. Curitiba: Prephacio, 1991.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Sudoeste paranaense antes da colonização. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: FIBGE, Ano 32, nº 1, p.87-98, 1970.

DIAS, Edson dos Santos; PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. A ação de uma companhia privada de colonização no processo de ocupação do Norte paranaense. **Tempos Históricos**. Cascavel: EDUNIOESTE, v. 4, nº 1, p. 111-136, 2002.

FERES, João Bosco. **Propriedade da terra**: opressão e miséria – o meio rural na história social do Brasil. Amsterdam : Latin América Studies., nº 56, 1990.

GOMES, Iria Z. **1957 – a revolta dos posseiros**. Curitiba: Criar Edições, 1987.

IOKOI, Zilda G. Entrevista concedida ao Conselho Editorial da Revista Tempos Históricos/Unioeste. **Tempos Históricos**. M.C.Rondon, v.03, nº 1, p. 9-30, ago. 2001.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Indicadores e Mapas Temáticos para o Planejamento Urbano e Regional – Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2003b. CD-ROM.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1976.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secret. da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

SAATKAMP, Venilda. **Desafios, lutas e conquistas**: história de Marechal Cândido Rondon. Cascavel: ASSOESTE, 1984.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WACHOWICZ, Ruy C. **História do Paraná**. Curitiba: Editora Vicentina, 1988.

\_\_\_\_\_ . **Paraná, Sudoeste**: ocupação e colonização. Curitiba: Editora Vicentina, 1987(a).

\_\_\_\_\_ . **Obrageros, mensus e colonos**: História do oeste paranaense. Curitiba: Editora Vicentina, 1987(b).

1. Para Santos (1979, p. 33), "A análise supõe, mais uma vez, que encontremos uma periodização para a história do subsistema [região] que estamos estudando, a qual (a história) deve ter suas raízes nos períodos da história nacional, considerada em suas relações com a história mundial". [↑](#footnote-ref-1)
2. De acordo com o IPARDES (2010), “Os limites das regiões geográficas coincidem com os limites das mesorregiões do IBGE, exceto no caso das regiões Sudoeste e Centro-Sul, para as quais se aplica a Lei Estadual nº 15.825/08, que inclui na Região Sudoeste os municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha.”

 [↑](#footnote-ref-2)
3. O termo recente está sendo empregado para diferenciá-la da ocupação empreendida pelos indígenas, pois o que hoje denominamos de estado do Paraná, outrora foi habitado por milhares de indivíduos distribuídos em várias nações. Como é preciso fazer opções quanto ao recorte temporal que imprimiremos neste estudo, consideramos pertinente enfatizar a ocupação recente do Oeste-Sudoeste paranaense, não significando esta escolha o entendimento de que, antes dessa forma de ocupação, predominava um “vazio demográfico”, como comumente fica subentendido em algumas obras e ou artigos. [↑](#footnote-ref-3)
4. Ver Balhana (1969); Padis (1981) e Wachowicz (1988). [↑](#footnote-ref-4)